



**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio de Janeiro

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Campus Realengo

Curso de Graduação em Farmácia

Talita Santos de Melo

**AÇÕES EDUCATIVAS NA PROMOÇÃO DO USO RACIONAL
DE MEDICAMENTOS NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS**

Rio de Janeiro
2025

TALITA SANTOS DE MELO

AÇÕES EDUCATIVAS PARA PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE
MEDICAMENTOS NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Farmácia.

Orientadora: Profa. Dra. Samara Ramalho da Matta

Rio de Janeiro

2025

CIP - Catalogação na Publicação
Bibliotecária: Alane Elias Souza – CRB-7/6321

M528a Melo, Talita Santos de
Ações educativas para promoção do uso racional de
medicamentos no ensino de jovens e adultos / Talita Santos de Melo
- Rio de Janeiro, 2025.
33 f. ; 30 cm.

Orientação: Samara Ramalho da Matta.

Trabalho de conclusão de curso (graduação), Bacharelado em
Farmácia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio de Janeiro, Campus Realengo, 2025.

1. Uso racional de medicamentos. 2. Automedicação. 3. Escolas.
4. Ações educativas. 5. Educação de Jovens e adultos. I. Matta,
Samara Ramalho da. orient. II. Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. III. Título

CDU 615

TALITA DE SANTOS MELO

**AÇÕES EDUCATIVAS PARA PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE
MEDICAMENTOS NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Farmácia.

Aprovado em: 10/03/2025.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **SAMARA RAMALHO MATTA**
Data: 10/03/2025 11:58:44-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profª Drª Samara Ramalho Matta
(Orientadora – IFRJ / *Campus* Realengo)

Documento assinado digitalmente
 **ALINE DAMICO DE AZEVEDO**
Data: 10/03/2025 12:14:08-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profª Drª Aline Damico de Azevedo
(Membro Interno - IFRJ / *Campus* Realengo)

Documento assinado digitalmente
 **FATIMA CRISTINA ALVES DE ARAUJO**
Data: 10/03/2025 13:01:54-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profª MSc Fátima Cristina Alves de Araújo
(Membro Interno - IFRJ / *Campus* Realengo)

Rio de Janeiro
2025

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela dádiva da vida e por me permitir realizar o sonho da graduação. Agradeço à minha mãe, Elizabeth, que batalhou com dedicação e orgulho para que eu conquistasse esse diploma e me tornasse a pessoa que sou hoje. Ao meu pai, Walfredo, que não está mais entre nós, mas tenho certeza de que estaria imensamente orgulhoso, pois sua primogênita está se formando.

Aos meus irmãos, Júlia e Lucas, sou eternamente grata pela parceria e por estarem ao meu lado em todos os momentos. A minha tia Rita, que merece minha eterna gratidão, pelo apoio constante durante toda a minha trajetória na graduação.

Aos meus amigos que estiveram comigo nessa caminhada e que hoje são grandes farmacêuticos: Caroline de Brito, Chayenne Alencar, Ísis Coelho, Gabriela de Lima, Milene Cândido e Pablo Vinícius. Agradeço imensamente aos meus amigos Rafaela Ribeiro e Matheus Alexssander, por todo suporte e paciência no caminhar deste trabalho.

Agradeço também a minha professora Samara, que me aceitou como voluntária no Projeto Saúde Bem-informada, me proporcionando uma experiência que eu nunca imaginei viver.

E, por fim, agradeço a mim mesma por não ter desistido nos momentos difíceis, e por ter persistido. Hoje, estou aqui, realizando um grande sonho.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a importância de ações educativas no uso racional de medicamentos no enfrentamento da automedicação em escolas na Educação de Jovens e Adultos. O uso inadequado de medicamentos juntamente a automedicação tem sido um problema de saúde pública no Brasil, sendo um dos fatores a influência das industriais farmacêuticas. Alguns programas de educação em saúde vêm sendo utilizados como forma de ações voltadas para a promoção em saúde para o uso racional de medicamentos conforme a OMS define, abrangendo o assunto de automedicação e seus riscos, com o foco em ações educativas nas escolas envolvendo profissionais da educação e da saúde. Foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando artigos do mecanismo virtual com base de dados SCIELO (Scientific Electronic Library online), BVS e Lilacs publicados nos últimos 17 anos. Os resultados evidenciam que ações educativas, como rodas de conversa, oficinas e atividades práticas, são eficazes para conscientizar os alunos da EJA sobre os riscos da automedicação e a importância do uso correto de medicamentos. A participação de profissionais da saúde, como farmacêuticos, e a integração entre educação e saúde são estratégias fundamentais para promover práticas mais seguras e responsáveis. É notório que a educação em saúde é uma ferramenta essencial para reduzir os impactos negativos do uso inadequado de medicamentos e promover o autocuidado.

Palavras-chave: Uso racional de medicamentos. Automedicação. Escolas. Ações educativas. EJA.

ABSTRACT

This study aims to analyze the importance of educational actions on the rational use of medicines in confronting self-medication in schools in Youth and Adult Education. The inappropriate use of medicines together with self-medication has been a public health problem in Brazil, one of the factors being the influence of pharmaceutical companies. Some health education programs have been used as a form of actions aimed at promoting health for the rational use of medicines as defined by the WHO, covering the subject of self-medication and its risks, with a focus on educational actions in schools involving education and health professionals. A bibliographic review was carried out using articles from the virtual mechanism with databases SCIELO (Scientific Electronic Library online), BVS and LILACS published in the last 17 years. The results show that educational actions, such as discussion groups, workshops and practical activities, are effective in raising awareness among EJA students about the risks of self-medication and the importance of correct use of medicines. The participation of health professionals, such as pharmacists, and the integration of education and health are fundamental strategies to promote safer and more responsible practices. It is well known that health education is an essential tool to reduce the negative impacts of inappropriate medication use and promote self-care.

Key words: Uso racional de medicamentos; automedicação; escolas; ações educativas, EJA.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
SUS	Sistema Único de Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
SINITOX	Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas
IM	Interações Medicamentosas
RAM	Reações Adversas ao Medicamento
EJA	Educação de Jovens e Adultos
URM	Uso Racional de Medicamentos
NASF	Núcleo Ampliado de Saúde da Família

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 USO IRRACIONAL DE MEDICAMENTOS	8
1.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	11
1.3 AS CONTRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO NA EJA.	13
2. OBJETIVOS	14
2.1 OBJETIVO GERAL	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	14
3. METODOLOGIA.....	15
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	15
4.1. USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS E AUTOMEDICAÇÃO.....	16
4.2 ÍNDICES DE AUTOMEDICAÇÃO EM ALUNOS DA EJA	20
4.3 FARMACÊUTICO NAS AÇÕES EDUCATIVAS	22
4.4 AÇÕES EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
6. REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

O uso racional de medicamentos é um tema de grande relevância para a saúde pública, uma vez que o uso inadequado de fármacos pode levar a consequências graves, como intoxicações, interações medicamentosas e resistência bacteriana. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o uso racional como a administração de medicamentos de forma apropriada às necessidades clínicas do paciente, em doses adequadas, por um período de tempo correto e com custo acessível. No entanto, práticas como a automedicação ainda são comuns, especialmente onde fatores como a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a influência da indústria farmacêutica contribuem para o consumo inadequado de medicamentos. Nesse contexto, as ações educativas surgem como uma estratégia fundamental para promover a conscientização sobre o uso correto de medicamentos e os riscos da automedicação. Essas ações são especialmente relevantes quando direcionadas a grupos vulneráveis, como os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A EJA é composta por indivíduos que, em sua maioria, não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade adequada, o que muitas vezes está associado a condições socioeconômicas desfavoráveis e a uma menor exposição a informações sobre saúde. Além disso, muitos desses alunos já são responsáveis por sua própria saúde e, em alguns casos, pela saúde de suas famílias, o que aumenta a necessidade de orientação adequada.

Portanto, focar nas ações educativas para a EJA é essencial para promover o uso racional de medicamentos e reduzir práticas inadequadas, como a automedicação. Através de metodologias participativas, como rodas de conversa, oficinas e atividades práticas, é possível engajar os alunos em discussões sobre o uso seguro de medicamentos, capacitando-os a tomar decisões mais conscientes em relação à sua saúde. Dessa forma, as ações educativas não apenas contribuem para a melhoria da qualidade de vida desses indivíduos, mas também ajudam a enfrentar um problema de saúde pública que afeta toda a sociedade.

Este trabalho busca destacar a importância da educação na promoção do uso racional de medicamentos, com foco no enfrentamento da automedicação entre alunos da EJA, que incluem adolescentes e adultos. Para isto, são realizadas ações educativas no ambiente escolar, promovendo conhecimento e reflexão sobre o uso seguro de medicamentos.

1.1 USO IRRACIONAL DE MEDICAMENTOS

O uso racional de medicamentos é um tema de grande relevância para a saúde pública, uma vez que o uso inadequado de fármacos pode levar a consequências graves, como intoxicações, interações medicamentosas e resistência bacteriana. A Organização Mundial da

Saúde define o uso racional como a administração de medicamentos de forma apropriada às necessidades clínicas do paciente, em doses adequadas, por um período de tempo correto e com custo acessível. No entanto, práticas como a automedicação a qual é o uso de medicamentos sem prescrição ou orientação profissional ainda são comuns, especialmente em países como o Brasil, onde fatores como a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a influência da indústria farmacêutica contribuem para o consumo inadequado de medicamentos. (World Health Organization, 2002)

A OMS considera que de todos os medicamentos que são prescritos, vendidos ou dispensados metade destes são de forma indevida e que juntamente metade dos pacientes não utilizam da forma adequada (Henriques *et. al.*, 2020).

A relevância de debater o uso de medicamentos está no fato de que eles integram nossa rotina diária, essa prática assume ainda maior importância na infância, uma vez que os pais costumam ser os principais responsáveis por incentivar o uso indiscriminado. Com o tempo, esse comportamento pode se transformar em um hábito que estabelece padrões consistentes e duradouros nas atitudes dos adultos, moldando suas subjetividades (Corrêa, 2012).

No Brasil, o uso irracional de medicamentos é amplamente influenciado por fatores como a automedicação e campanhas publicitárias tendenciosas, as quais podem resultar em intoxicações e até mortes (Dandolini *et. al.*, 2012). Segundo Aquino (2008), a crença excessiva no poder dos medicamentos, aliada à ampla oferta e ao forte suporte da mídia, transforma esses produtos em um fetiche moderno, simbolizando o domínio da ciência e da tecnologia sobre a vida. Dessa forma, os medicamentos passam a ser vistos como soluções rápidas e simples para problemas que, na verdade, demandam intervenções individuais e sociais mais profundas para serem efetivamente resolvidos (Aquino, 2008).

O uso indevido de medicamentos de modo nacional é atribuído à polifarmácia, ao uso inadequado de antibióticos, à prescrição sem orientação adequada, à automedicação inapropriada e à ampla oferta de produtos no comércio. Esse uso abusivo e inadequado prejudica a população e desperdiça recursos públicos. (Rocha, 2014). A polifarmácia, por sua vez, é definida pelo uso de cinco ou mais fármacos. De acordo com Melo (2020), o uso simultâneo de vários medicamentos aumenta significativamente o risco de eventos adversos e interações medicamentosas (IM), que podem levar a uma intoxicação ou até o óbito. Estudos e pesquisas demonstram que a administração concomitante de dois medicamentos já gera uma probabilidade de 6% para o surgimento de reações adversas ao medicamento (RAM), podendo esse risco aumentar para 50% quando o número de medicamentos utilizados sobe para cinco. (Melo, 2020)

Desse modo, com os dados mais recentes do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), referentes ao ano de 2017, os casos de intoxicação por medicamentos se distribuíram da seguinte forma: 4,61% ocorreram devido ao uso terapêutico, 6,74% por erro na administração e 1,92% por automedicação, e 25% dos óbitos registrados por intoxicação estão relacionados a medicamentos.

Mediante a esses dados alarmantes faz-se necessário a urgência de implementar ações voltadas para o uso racional de medicamentos junto à população. As políticas de uso racional de medicamentos no Brasil englobam ações que visam à prescrição adequada, ao acesso a medicamentos essenciais e à dispensação acompanhada de orientações sobre a dosagem e duração do tratamento, assegurando assim uma terapia eficaz e segura. (Henriques *et. al.*, 2020).

De acordo com a OMS a automedicação é definida pelo emprego de fármacos sem prescrição, orientação ou acompanhamento por profissionais habilitados, como médicos ou dentistas. Além disso, Corrêa (2012) destaca que a automedicação ocorre também quando se utilizam medicamentos previamente recomendados por amigos ou familiares ou quando há alteração da dose prescrita por conta própria. Em sua tese, o autor afirma que os resultados dessa prática podem variar desde um atraso no tratamento adequado até o óbito, ressaltando que os indivíduos nem sempre têm consciência dos danos que uma medicação incorreta pode causar (Corrêa, 2012). Em contraste, existe o conceito de automedicação responsável a qual abrange o uso de medicamentos não prescritos, mas sob a orientação e acompanhamento do farmacêutico, o que promove uma conduta racional e segura no uso dos fármacos (Rocha, 2014).

Em contrapartida os discursos sobre cura, prevenção e terapêutica estão diretamente associados ao consumo de medicamentos. A indústria farmacêutica desempenha um papel crucial na disseminação de mensagens, que influenciam o comportamento do consumidor e estimula a automedicação. Isso reforça a crença de que o acesso fácil a medicamentos é suficiente para resolver problemas de saúde, sem orientação profissional (Junior, *et. al.*, 2017).

Dessa maneira, Aquino (2008) aponta que o hábito de automedicação entre os brasileiros está relacionado, em parte, à dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Devido a longas esperas, horas em filas e, muitas vezes, a necessidade de aguardar dias ou até meses por uma consulta médica, muitos recorrem à automedicação como uma alternativa rápida para atender suas necessidades de saúde.

Arrais *et. al* (2016) aborda, em seu estudo sobre analgésicos, como dipirona e paracetamol são vistos como soluções rápidas para doenças agudas da população, e são comumente encontrados em domicílios, compondo a popular "farmacinha". Esses medicamentos são frequentemente utilizados para aliviar sinais e sintomas leves ou incômodos

agudos, geralmente autolimitados. O uso elevado de analgésicos na automedicação reflete a alta prevalência de dor na população, muitas vezes associada a tensão, estresse ou demandas físicas, o que impacta negativamente a qualidade de vida.

Considerando as questões relacionadas ao uso racional de medicamentos e à automedicação discutidas até aqui, é evidente a necessidade constante de ações de promoção da saúde voltadas para a conscientização da população. Essas ações devem incluir um conceito ampliado de saúde, que considere fatores sociais e que contribua para reduzir problemas relacionados a morbidades, intoxicações medicamentosas, interações medicamentosas e reações adversas a medicamentos.

1.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Segundo a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, que reforça a importância de garantir uma educação de qualidade, considerando as especificidades de idade, crenças e condições sociais, além de promover inclusão e igualdade de oportunidades. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) prevê que, no nível de conclusão do Ensino Fundamental, o acesso seja destinado a pessoas maiores de 15 anos, enquanto, para a conclusão do Ensino Médio, o acesso é destinado a maiores de 18 anos. Isso se alinha ao artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que destina a EJA a pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade adequada. Ou seja, os alunos que integram na EJA são de diversas faixas etárias, incluindo idosos também. (Gomes, 2023).

A relevância dessas ações é reforçada por Henriques *et. al.* (2020), que destacam, a importância das ações educativas, especialmente no contexto da EJA, contribui para a conscientização sobre práticas seguras no uso de medicamentos. Além disso, esses espaços promovem a reflexão sobre práticas corretas de saúde e incentivam a troca de informações, contribuindo para a qualidade de vida e o acesso a informações relevantes para a promoção da saúde.

No entanto, conforme destacado no estudo de Alves *et al.* (2020), os fatores socioeconômicos desempenham um papel crucial nesse processo. A pesquisa revela que a maioria dos participantes, com renda de até um salário-mínimo mensal, enfrenta dificuldades que impactam diretamente sua escolaridade e seu conhecimento sobre o uso e descarte adequado de medicamentos. Esse cenário ainda é agravado pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde, evidenciando como as desigualdades sociais impõem barreiras significativas à promoção de práticas mais seguras e conscientes em relação à saúde.

Nesse sentido, Ribeiro (2011) observou que, entre os participantes com menor nível de escolaridade, 31,9% não sabiam o nome dos medicamentos que utilizavam, 34% não os reconheciam pelo nome e, quando esqueciam de tomar a medicação no horário certo, 51,8% deixavam para tomar mais tarde.

O aprendizado na vida adulta está diretamente relacionado à relevância que o indivíduo atribui ao conteúdo apresentado. Conforme Junqueira (2014), adultos tendem a absorver apenas aquilo que consideram útil e aplicável no dia a dia, descartando informações que não percebem como essenciais, por conta disto, é fundamental que as ações educativas sejam claras quanto aos seus objetivos e ao impacto positivo que podem gerar na vida dos participantes, dessa forma, é indispensável que as estratégias voltadas à promoção da saúde para o público adulto despertem interesse e se conectem às suas necessidades reais, garantindo maior engajamento e efetividade.

Atividades desenvolvidas durante ações educativas ao longo de um projeto, como, por exemplo, a criação de cartazes com base em conhecimentos previamente trabalhados, favorecem a promoção de aprendizagens significativas, pois incentivam o posicionamento ativo e crítico dos participantes. Além disso, essas aprendizagens podem ser compartilhadas com familiares ou pessoas próximas, ampliando a difusão de conhecimentos e fortalecendo o impacto das ações realizadas (Alves *et. al.*, 2020).

No contexto da EJA, a abordagem de temas relacionados à saúde é fundamental, especialmente no que diz respeito à prática da automedicação, considerando que muitos alunos já são responsáveis pelos cuidados com sua saúde e enfrentam barreiras socioeconômicas no acesso a serviços médicos, é essencial discutir os riscos associados à automedicação e esclarecer os impactos dessa prática. Quando conduzidas de forma adequada, essas discussões não apenas informam, mas também incentivam o pensamento crítico, preparando os alunos para tomar decisões mais conscientes em relação à própria saúde (Brasil, 2010; p.100).

Um material sobre Ciências Naturais na EJA, produzido pelo MEC, destaca a importância de abordar temas relacionados ao corpo humano e à saúde, especialmente porque as turmas são compostas por indivíduos em diferentes fases do ciclo vital, como jovens, adultos e idosos. Essa diversidade torna fundamental a construção de conteúdos que considerem as necessidades e experiências de cada faixa etária, promovendo discussões que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e para o cuidado com a saúde (Brasil, 2010; p. 74).

A saúde e a educação são áreas essenciais da sociedade que, quando trabalhadas juntas na escola, ajudam o indivíduo a se tornar protagonista da sua própria saúde e qualidade de vida. Comunidade, família e escola estão profundamente conectadas ao contexto social em que vivem

e, por isso, não podem ser separadas de um processo educativo mais completo, que valorize o indivíduo como um todo e promova uma formação cidadã e consciente (Junqueira, 2014).

Nesse contexto, as ações educativas surgem como uma estratégia fundamental para promover a conscientização sobre o uso correto de medicamentos e os riscos da automedicação. Essas ações são especialmente relevantes quando direcionadas a grupos vulneráveis, como os alunos da EJA, a qual é composta por indivíduos que, em sua maioria, não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade adequada, o que muitas vezes está associado a condições socioeconômicas desfavoráveis e a uma menor exposição a informações sobre saúde. Além disso, muitos desses alunos já são responsáveis por sua própria saúde e, em alguns casos, pela saúde de suas famílias, o que aumenta a necessidade de orientação adequada.

1.1 AS CONTRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO NA EJA.

A Atenção Farmacêutica, quando associada à educação em saúde da população, desempenha um papel fundamental na promoção do URM, beneficiando diretamente o paciente como foco principal das ações do farmacêutico. Práticas educativas realizadas por esse profissional têm se mostrado altamente eficazes para incentivar o URM e fortalecer a educação em saúde no âmbito das comunidades locais, gerando um impacto positivo significativo na saúde pública. Reconhecer o potencial de contribuição do farmacêutico e integrá-lo de forma ativa às equipes de saúde é indispensável para ampliar sua atuação nos serviços de educação e promoção da saúde, respondendo às demandas crescentes e promovendo uma abordagem mais integrada e humanizada no cuidado com a saúde (Melo, 2020).

Nesse contexto, o papel do farmacêutico vem passando por transformações significativas, com a ampliação de suas responsabilidades para além das atividades tradicionais de dispensação. O maior envolvimento na promoção da saúde tem sido uma tendência em diversos países, sendo amplamente reconhecido pela comunidade como uma contribuição essencial para os cuidados em saúde (Ribeiro, 2011).

Nesse sentido, o farmacêutico desempenha um papel vital ao conscientizar a população sobre o uso correto de medicamentos. Estudos demonstram que grande parte da população, ainda possui dúvidas sobre o uso adequado dos medicamentos e suas indicações terapêuticas. Nesse cenário, o farmacêutico atua como promotor da saúde, esclarecendo dúvidas e orientando sobre o uso racional dos medicamentos, o que contribui para a melhoria da qualidade de vida e ajuda a desafogar o sistema público de saúde (Fernandes *et. al.*, 2014).

Além do conhecimento técnico, é indispensável que o farmacêutico desenvolva habilidades de comunicação que favoreçam a interação tanto com a equipe de saúde quanto

com os usuários. O uso de uma linguagem clara e acessível essencial para facilitar o diálogo e a compreensão dos cuidados em saúde (Ribeiro, 2011).

No âmbito da Atenção Básica, a atuação do farmacêutico em ações educativas no Núcleo Ampliado de Saúde da Família (Nasf) tem demonstrado ser uma estratégia eficaz. Essa atuação promove a reflexão crítica e incentiva a incorporação do conhecimento científico ao cotidiano dos cuidados em saúde, considerando os contextos sociais, culturais e econômicos dos indivíduos. Por meio de uma educação voltada ao autocuidado, o farmacêutico contribui para o empoderamento do usuário, capacitando-o a cuidar de si, de sua família e da comunidade (Melo, 2020).

Ademais, a prática de atividades de autocuidado aliada à educação em saúde tem se mostrado um caminho promissor para enfrentar o uso irracional de medicamentos. O diálogo entre profissionais de saúde e educação é fundamental para a construção de saberes sobre o uso racional de medicamentos e sobre os processos de saúde e doença, contribuindo para uma sociedade mais informada e consciente (Alves *et. al.*, 2020).

No estudo de Junqueira (2014), constatou-se que 100% dos alunos relataram praticar a automedicação, incluindo o uso de medicamentos isentos de prescrição e plantas medicinais para tratar pequenos males, como gripes e resfriados, esse dado reforça a importância da orientação farmacêutica na promoção do uso racional de medicamentos e na prevenção de possíveis riscos associados a essa prática. A Atenção Farmacêutica pode atuar fornecendo informações detalhadas sobre o uso correto desses medicamentos, evitando possíveis interações entre plantas medicinais e medicamentos contínuos, além de aconselhar sobre a importância de consultar um médico.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

2.1.1 Investigar ações educativas desenvolvidas pelo farmacêutico para o uso racional de medicamentos no enfrentamento a automedicação entre estudantes da EJA

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.2.1 Explorar a temática do uso racional de medicamentos e da automedicação;

2.2.2 Refletir sobre índices e causas da automedicação realizadas em alunos da educação de jovens e adultos;

2.2.3 Discorrer sobre contribuições do farmacêutico em ações educativas para a promoção da saúde.

2.2.4 Selecionar e descrever as principais ações educativas realizadas por farmacêuticos no *pool* de artigos selecionados na pesquisa.

3. METODOLOGIA

Este estudo é uma pesquisa bibliográfica que visa descrever e analisar a relevância de ações educativas para promover o uso racional de medicamentos, buscando enfrentar a automedicação em escolas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A pesquisa bibliográfica foi conduzida entre agosto de 2023 e janeiro de 2025, utilizando as bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), BVS e Lilacs. As buscas foram realizadas exclusivamente em português, empregando os seguintes descritores: "uso racional de medicamentos", "automedicação", "escolas", "ações educativas" e "EJA".

Foram selecionados 22 artigos na base Scientific Electronic Library Online (SciELO), Lilacs e BVS utilizando os seguintes descritores: "uso racional de medicamentos", "automedicação", "escolas", "ações educativas" e "EJA", catalogados no campo título, agrupados em até três descritores e utilizando o conectivo "and". Como critérios de inclusão, foram considerados artigos em um recorte temporal de 19 anos devido à escassez notória de artigos voltados para ações educativas para alunos da EJA, escritos em português, relacionados aos objetivos deste estudo e que apresentaram resultados relevantes para levantamento da importância da promoção em saúde voltada aos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Esses 22 artigos foram utilizados para explorar os temas de uso racional de medicamentos e de automedicação. Além de ajudar na reflexão sobre índices e causas da automedicação realizadas em alunos da educação de jovens e adultos.

Após uma leitura inicial dos títulos e resumos, foram selecionados 4 artigos que atendiam aos critérios estabelecidos de estarem alinhados com o objetivo e descrever as principais ações educativas realizadas por farmacêuticos para a promoção da saúde.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos utilizados na construção desta pesquisa foram selecionados com base em um recorte de 19 anos de publicação, totalizando 22 estudos voltados para o desenvolvimento de ações educativas na promoção do uso racional de medicamentos na EJA.

Após a leitura e análise dos artigos nas bases de dados, foram escolhidos 4 estudos que se mostraram mais alinhados ao perfil da pesquisa, abordando especificamente ações educativas relacionadas ao uso racional de medicamentos em escolas da EJA, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Artigos selecionados para a descrição dos resultados.

ANO	Autor	Título
2011	RIBEIRO	Educação em saúde para a promoção do uso racional de medicamentos entre adultos em alfabetização na rede municipal de ensino em Uberlândia - MG.
2014	JUNQUEIRA	Educação e saúde: Estratégias andragógicas para a promoção do uso racional de medicamentos na Educação de Jovens e Adultos.
2020	ALVES <i>et. al</i>	Estratégia para promoção do uso racional de medicamentos na Educação de Jovens e Adultos
2020	HENRIQUES <i>et. al</i>	Promoção do uso racional de medicamentos no contexto dos 3 e 4 ciclos da Educação de Jovens e Adultos.

Fonte: Autora

4.1. USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS E AUTOMEDICAÇÃO

A OMS descreve o uso racional de medicamentos como a administração de remédios que corresponde às necessidades clínicas do paciente, em doses apropriadas às suas características individuais, durante um período adequado, e com custo acessível tanto para o paciente quanto para a comunidade (World Health Organization, 2002).

Corrêa (2012), diz que a automedicação é um hábito relacionado a diversos fatores com o intuito de cura ou abrandar os sintomas de uma doença, sendo esses fatores; o uso indiscriminado de medicamentos, plantas medicinais ou substâncias químicas. No entanto, a automedicação compreende não apenas aquisição de medicamentos no balcão das farmácias, mas também a reutilização de fármacos sem prescrição para uso contínuo. Além disso o mesmo também afirma que a automedicação ainda é a escolha inicial de diversas pessoas quando enfrentam problemas de saúde, ao invés de consultar um médico. Ele também aponta em sua tese que o uso inapropriado de medicamentos constitui um desafio significativo para a saúde pública, pois este prolonga o tratamento e pode levar a respostas adversas, incluindo a morte do paciente.

Nessa mesma linha de pensamento, Abrahão *et. al.* (2013), a automedicação pode se manifestar de diferentes formas, como a compra de medicamentos sem receita, o compartilhamento de remédios com familiares ou pessoas do círculo social, o uso de sobras de tratamentos anteriores e a utilização de prescrições antigas. Além disso, é destacado que essa prática costuma ser influenciada por indicações de amigos, balconistas de farmácias e familiares.

Pode-se afirmar que o uso inadequado de medicamentos representa um problema de saúde pública, uma vez que pode acarretar consequências graves para os indivíduos. Assim, torna-se importante que a população compreenda tanto os benefícios quanto os riscos associados aos medicamentos. Embora os farmacêuticos, reconhecidos como "profissionais do medicamento", e os médicos desempenhem papéis fundamentais nesse contexto, a dificuldade nessa situação exige a participação de outros sujeitos. Outrossim, é importante reconhecer que a indústria farmacêutica frequentemente promove o consumo pelo consumo, com o objetivo de maximizar seus lucros por meio da ampla utilização de medicamentos pela população (Junior *et. al.*, 2012).

Braz, *et. al.* (2019) vem ressaltando e rememorando sobre a aquisição de medicamentos terem valor simbólico, ou seja, exceder a atividade terapêutica do fármaco dessa forma elevando o consumo e o uso inadequado dos medicamentos. Nesse sentido, Corrêa (2012) em sua tese, diz que um dos fatores que também podem contribuir para o uso incorreto de medicamentos é a ampla disponibilidade deles, bem como a facilidade da sua aquisição, o que aumenta a possibilidade de uso irracional.

Além disso, Melo (2020) ressalta que outros fatores que também contribuem para o uso irracional de medicamentos, como a tendência dos pacientes a se automedicarem, a forte influência da propaganda de remédios na mídia, a grande quantidade de produtos farmacêuticos disponíveis e a facilidade de comprar esses medicamentos pela internet, que se tornou uma ferramenta de acesso rápido e simples.

A proposta de alívio imediato do sofrimento, como em um passe de mágica, é um apelo atraente, mas que tem seu preço, nem sempre limitado ao desembolso financeiro, podendo ser pago com a própria saúde. Por isso, é essencial que a sociedade se conscientize e compreenda que o mesmo medicamento capaz de curar também pode causar danos irreversíveis ou até mesmo levar à morte (Aquino, 2008).

Um fator comum que leva ao uso irracional de medicamentos é a automedicação de quando o indivíduo identifica sintomas semelhantes aos de um amigo ou familiar diagnosticado e decide usar o mesmo fármaco prescrito para o outro, sem orientação profissional. Essa prática, no entanto, pode agravar o estado de saúde, já que medicamentos como antibióticos, ansiolíticos, anti-inflamatórios e analgésicos opioides são frequentemente usados de forma inadequada para tratar diversas condições, resultando em consequências graves (Corrêa, 2012).

Junqueira (2014) afirma que a automedicação não é apenas um problema contemporâneo de saúde pública, mas também uma característica cultural. As sociedades indígenas e os povos tradicionais brasileiros historicamente utilizam ervas medicinais para curar ou prevenir doenças, associando essas práticas a rituais e crenças que conferem

significados simbólicos às plantas. Essas práticas resultaram em um vasto acervo de espécies vegetais com indicações terapêuticas para diferentes enfermidades, e esse costume segue sendo fundamental no cuidado à saúde dessas comunidades até os dias atuais. Ao lado do uso de medicamentos da sociedade envolvente, essas práticas convivem de maneira complementar nas sociedades indígenas, muitas vezes envolvendo não apenas a cura física, mas também aspectos espirituais e simbólicos do adoecer. Como aponta Lévi-Strauss (1963, apud RENSCHAW, 2006), os rituais curativos, frequentemente conduzidos por curandeiros ou xamãs, visam restaurar o equilíbrio físico, social e espiritual dos indivíduos, refletindo a busca pela harmonia entre os seres humanos e o cosmos. A medicina tradicional, que inclui o uso de plantas medicinais, rituais e curas espirituais, não é apenas um conjunto de práticas terapêuticas, mas uma expressão cultural profundamente ligada aos valores e crenças dessas sociedades, devendo ser compreendida dentro do contexto social e cognitivo em que se inserem.

Em sua revisão, Soterio (2016) destacou que os analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios foram os medicamentos com maior índice de uso nos estados brasileiros pesquisados, sendo que alguns desses fármacos estão incluídos na categoria de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP) Por serem de fácil acesso à população, por não exigirem prescrição médica e por serem tidos como “seguros”, os MIP podem, no entanto, causar danos à saúde se não forem utilizados nas doses corretas ou para a finalidade adequada, assim como qualquer outro tipo de medicamento.

Aquino (2008) destaca que a propaganda de medicamentos é um dos fatores que influenciam a automedicação, atuando como um estímulo frequente para o uso inadequado desses produtos, principalmente por ressaltar os benefícios e omitir ou minimizar os riscos e possíveis efeitos adversos. Essa prática transmite a impressão, especialmente ao público leigo, de que se trata de produtos inócuos, incentivando seu consumo como se fossem meras mercadorias.

Na tentativa de coibir a automedicação, a ANVISA tem buscado, por meio de legislações, reduzir os riscos associados às propagandas de medicamentos, um objetivo nem sempre alcançado Um exemplo é a obrigatoriedade de incluir nas propagandas a mensagem: “AO PERSISTIREM OS SINTOMAS, O MÉDICO DEVERÁ SER CONSULTADO”. No entanto, para o leigo, essa frase pode transmitir a ideia de que é possível tomar o medicamento primeiro e, caso não funcione, procurar orientação médica (Corrêa, 2012).

Melo (2020) vem trazendo dados interessantes sobre consultas médicas geram de 50% a 70% de prescrição medicamentosa, os hospitais gastam de 15% a 20% de seus orçamentos com complicações produzidas pelo mau uso de fármacos. O Ministério da Saúde evidencia que a prescrição irracional pode causar gastos de 50 a 70% maiores do que os calculados para uma

determinada população. Melo relata também que no Brasil, cerca de 80 milhões de pessoas praticam a automedicação e dos medicamentos adquiridos no país, 35% são para automedicação, e destes, 44,1% necessitam da apresentação da prescrição para aquisição.

A OMS indica que 30% dos atendimentos em serviços de emergência estão associados a problemas decorrentes do uso de medicamentos. Embora os fármacos sejam essenciais para a melhoria da qualidade de vida e o tratamento de doenças, seu uso inadequado, seja por erros na prescrição ou na administração, pode resultar em riscos significativos, como interações medicamentosas graves e reações adversas (Henriques *et. al.*, 2020).

O padrão de consumo de medicamentos no Brasil, marcado pela automedicação generalizada, pela polifarmácia e pelo uso inadequado e indiscriminado de antibióticos e psicotrópicos, contribui diretamente para o aumento dos casos e mortes por intoxicação medicamentosa (Ribeiro, 2023).

De acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX) de 2017, os casos de intoxicação por medicamentos decorrentes da automedicação ocupam o quinto lugar entre as principais causas, totalizando 397 registros. Esses dados ressaltam a importância de conscientizar a população sobre o uso racional de medicamentos. Além disso, conforme destaca Ribeiro (2023), a automedicação pode mascarar sintomas de doenças mais graves que requerem tratamento específico ou atendimento médico adequado.

Melo (2020) ressalta que o uso irracional de medicamentos ocorre quando as pessoas alteram seus tratamentos de forma inadequada, como interrompendo o uso antes do prazo recomendado, combinando-os com outros recursos ou ajustando a dosagem por iniciativa própria. Isso acontece porque muitos indivíduos enxergam os medicamentos como uma solução imediata e definitiva para seus problemas de saúde, reinterpretando seu papel no tratamento e desenvolvendo práticas individuais que divergem das orientações profissionais. O autor também destaca que, no Brasil, cerca de 80 milhões de pessoas praticam a automedicação, sendo que 35% dos medicamentos adquiridos no país são utilizados dessa forma, e, desses, 44,1% exigem prescrição médica para serem comprados.

Melo *et. al.* (2021) aborda em seu artigo a automedicação durante a pandemia de COVID-19 e o impacto dos meios de comunicação na busca por medicamentos com o objetivo de prevenir o vírus. Nesse contexto, foi disseminado o chamado "kit COVID", composto por fármacos utilizados no tratamento de doenças como lúpus e até mesmo antibióticos, como a azitromicina, o que poderia levar ao desenvolvimento de resistência bacteriana, uma vez que a COVID-19 é causada por um vírus e não por uma bactéria.

Mediante a isto, Correa (2012) diz que a utilização de medicamentos traz consigo um risco implícito de efeitos colaterais e reações adversas. Nesse contexto, a racionalidade no uso

de medicamentos e a compreensão dos riscos associados à automedicação ou à falta de acompanhamento profissional são aspectos fundamentais para promover uma melhor saúde e qualidade de vida dos indivíduos.

Nesse contexto, Henriques *et. al* (2020), relata como é fundamental destacar a importância de ações de promoção de saúde realizadas por profissionais e estudantes, que visem disseminar informações baseadas no conhecimento científico, uma vez que o uso irracional ou inadequado de medicamentos é um dos maiores problemas em nível mundial.

A educação em saúde, aliada a políticas públicas eficazes, é fundamental para mudar paradigmas e reduzir os impactos negativos decorrentes do uso irracional de fármacos. Portanto, este estudo reforça a importância de continuar discutindo e combatendo práticas inadequadas, visando à melhoria da qualidade de vida e à segurança dos indivíduos.

4.2 ÍNDICES DE AUTOMEDICAÇÃO EM ALUNOS DA EJA

No resumo técnico do Censo Escolar no ano de 2023 o perfil dos alunos da EJA em relação a faixa etária, a maior predominância vem dos alunos menos de 40 anos, que representam 65,1% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo masculino são maioria: 52,1%. Por outro lado, as matrículas de estudantes acima de 40 anos são predominantemente compostas pelo sexo feminino: 59,2%.

Se observarmos atualmente fazendo relação entre esses dados do Censo escolar e SINITOX em relação as faixas etárias pode-se supor que a idade majoritária da EJA também se encaixa na idade majoritária de intoxicação por medicamentos. Dessa forma as ações educativas têm forma de minimizar esses danos na EJA afim de promover o uso racional de medicamentos e enfrentar a automedicação.

Junqueira (2014) em sua síntese relata que a educação de jovens e adultos se diferencia da educação infantil ou infanto-juvenil, pois seus alunos já possuem uma identidade social e uma bagagem cultural, buscando nas salas de aula elementos que agreguem valor às suas ações cotidianas, como ler, escrever, contar e adquirir conhecimentos para evoluir profissionalmente ou academicamente. Isso resulta na valorização do indivíduo/educando em sua vida profissional e pessoal, já que nossa sociedade enxerga o saber como uma ferramenta essencial para a inserção social e a ascensão profissional.

Em um material do Ministério da Educação (2010) sobre ciências naturais na EJA, destaca-se que os conteúdos abordados não devem se limitar a fatos e conceitos, mas também incluir procedimentos, atitudes e valores, promovidos de forma compatível com as possibilidades e necessidades de aprendizagem dos alunos, priorizando a melhoria de sua qualidade de vida. No caso da EJA, recomenda-se que os temas de estudo explorem a realidade

de alunos que já são responsáveis por sua alimentação, cuidados médicos, vida amorosa e sexual, além de muitas vezes cuidarem de filhos ou pais idosos.

Junqueira (2014) desenvolveu um projeto voltado ao uso racional de medicamentos, com o objetivo de informar, refletir e valorizar práticas de autocuidado entre alunos da EJA. Ao serem questionados, 100% dos alunos afirmaram praticar a automedicação, utilizando medicamentos isentos de prescrição ou de venda livre, além disso, mais de 50% recorrem a plantas medicinais para tratar problemas como gripes, resfriados, constipação e diarreia, muitas vezes combinando esse uso com medicamentos contínuos, e foram orientados a conversar com seus médicos para evitar possíveis.

Alves *et. al.* (2020), em seu estudo, tiveram como objetivo descrever ações de educação em saúde e analisar o perfil farmacoterapêutico de alunos da EJA em relação aos conhecimentos gerais e ao perfil de consumo de medicamentos, 13,3% dos alunos afirmaram ir diretamente à farmácia para adquirir medicamentos, 33,3% relataram utilizar medicamentos doados ou indicados por vizinhos ou parentes, 53,3% já compraram medicamentos influenciados por propagandas na TV ou nas farmácias, 66,7% disseram já ter recebido orientações sobre os riscos dos medicamentos à saúde, e 46,7% adquirem medicamentos por indicação de balconistas, esses dados evidenciam uma preocupação em relação às práticas de utilização de medicamentos entre os estudantes da EJA.

Seguindo essa mesma linha de pesquisa, Henriques *et. al.* (2020) destacam que a automedicação tem se tornado cada vez mais comum na população, e esse fenômeno é evidenciado em seu estudo, no qual mais da metade dos estudantes entrevistados relataram utilizar medicamentos recomendados ou cedidos por vizinhos ou familiares. Além disso, o estudo aponta que fatores socioeconômicos estão diretamente relacionados à prática da automedicação, já que a maioria dos participantes possui renda de até um salário-mínimo, o que faz com que essa prática seja vista como uma alternativa mais acessível.

Além disso, um estudo realizado em Goiânia, Goiás, constatou que analgésicos e relaxantes musculares eram os medicamentos mais utilizados na automedicação entre idosos. Dos 461 casos registrados, 142 envolviam esses medicamentos. O estudo também revelou que a automedicação era mais comum entre indivíduos com menor nível de escolaridade, o que reforça a relação entre educação e a forma como os medicamentos são utilizados (Fernandes, 2014).

Ribeiro (2011), em sua dissertação, apresentou dados sobre sua intervenção educativa em alunos da EJA relacionados à automedicação. No questionário aplicado, os estudantes responderam que sua primeira atitude diante de alguma doença ou mal-estar é recorrer ao uso

de medicamentos por conta própria, sendo essa a escolha da maioria dos entrevistados em ambos os grupos (50% no grupo controle e 51,7% no grupo intervenção). Quando questionados sobre quem mais os orienta quanto ao uso de medicamentos, os participantes mencionaram principalmente pessoas leigas, como familiares, amigos e seu próprio conhecimento. Além disso, o uso de chás ou outros remédios caseiros foi citado por 55,5% dos entrevistados do grupo controle e 47,4% do grupo intervenção.

Com base na intervenção de Ribeiro (2011) e nas respostas dos alunos, os medicamentos não prescritos mais consumidos foram os analgésicos e antipiréticos, incluindo formulações contendo dipirona ou paracetamol, mencionados por 76,1% dos participantes do grupo controle e 80,9% do grupo intervenção.

A análise dos dados e das perspectivas apresentadas por diversos autores reforça que, embora os medicamentos sejam ferramentas essenciais para o tratamento e a prevenção de doenças, seu uso inadequado pode resultar em consequências graves, como intoxicações, resistência bacteriana, reações adversas e até mesmo óbitos. A automedicação, impulsionada por fatores como a facilidade de acesso, a influência da mídia e a falta de conscientização, emerge como uma prática preocupante que demanda atenção e intervenção.

4.3 FARMACÊUTICO NAS AÇÕES EDUCATIVAS

A atenção farmacêutica desempenha um papel essencial na sociedade visto que o profissional farmacêutico auxilia na diminuição dos índices de automedicação, evitando o uso de doses e medicamentos inadequados. A orientação da população a partir do farmacêutico é fundamental para o uso consciente de medicamentos (Soterio *et. al.*, 2016).

Melo (2020) destaca que as práticas educativas conduzidas pelo farmacêutico têm se mostrado fundamentais e eficazes no incentivo ao URM e na Educação em Saúde para a comunidade, exercendo um impacto significativo na saúde pública. Dessa forma, é essencial reconhecer o potencial desse profissional e integrá-lo de maneira efetiva às equipes de saúde, ampliando sua atuação nos serviços de educação e promoção da saúde.

O Ministério da Saúde destaca que a promoção do uso racional de medicamentos envolve, além da implementação da RENAME, a realização de campanhas educativas. Essas campanhas terão caráter informativo e contarão com a participação de entidades representativas dos profissionais de saúde, visando estimular o uso adequado de medicamentos (Ministério da Saúde, 2001).

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) enfatiza que a atuação do farmacêutico deve estar voltada para a educação em saúde e para práticas que minimizem a

morbimortalidade associada ao uso de medicamentos. Nesse contexto, os medicamentos desempenham um papel central nas atividades voltadas à promoção e manutenção da saúde dos indivíduos (Ribeiro, 2011).

É evidente que a responsabilidade pelo uso correto dos medicamentos muitas vezes recai sobre o paciente, o que pode levar a um uso inadequado quando não há orientação suficiente. Nesse sentido, destaca-se a importância de ações de promoção da saúde conduzidas por profissionais e estudantes, visando à disseminação de informações embasadas no conhecimento científico. Afinal, o uso irracional ou inadequado de medicamentos é um dos maiores desafios em nível global (Henriques *et. al.*, 2020).

A adoção de práticas de autocuidado em saúde, combinada com a educação em saúde, representa uma estratégia essencial para enfrentar o uso irracional de medicamentos. O diálogo e a interação entre profissionais da saúde e da educação com os estudantes são fundamentais para a construção do conhecimento sobre o uso racional de medicamentos e a compreensão dos processos de saúde e doença (Alves *et. al.*, 2020).

Rocha (2014) destaca que os profissionais da saúde devem reconhecer a importância dessa questão e atuar na educação continuada, mesmo por meio de ações em pequenos ambientes, como o doméstico ou o profissional, para formar uma população mais consciente. Nesse sentido, a expansão de atividades educacionais de caráter público é um dos meios para promover o uso racional de medicamentos. O usuário de medicamentos deve ter acesso a informações corretas, claras e relevantes sobre os medicamentos, para garantir uma maior adaptação ao seu uso e evitar a automedicação indiscriminada.

Mediante a isto, o farmacêutico desempenha um papel essencial nas ações educativas voltadas para a promoção do uso racional de medicamentos e no combate à automedicação. Junqueira (2014) afirma que, pós sua intervenção na turma EJA, o farmacêutico passou a ser mais citado como agente na orientação ao uso de medicamentos. Além disso, o conhecimento sobre Promoção da Saúde demonstrou um crescimento após a atividade, destacando também um aumento na capacidade dos participantes de indicar medidas relacionadas ao Uso Racional de Medicamentos. Essas ações contribuem significativamente para promover o uso consciente e seguro de medicamentos, ajudando a reduzir os riscos associados à automedicação e garantindo que a comunidade tenha acesso a conhecimentos importantes para o autocuidado.

4.4 AÇÕES EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O artigo *Educação e saúde: Estratégias andragógicas para a promoção do uso racional de medicamentos na Educação de Jovens e Adultos*, de Shirlene Costa Junqueira, apresenta

uma intervenção pedagógica realizada com alunos da EJA em São Bernardo do Campo, tendo como tema central o uso racional de medicamentos. A falta de informação sobre medicamentos contribuiu para o seu uso indiscriminado e para a automedicação, um problema grave de saúde pública. O projeto propõe a integralização da educação e saúde, utilizando estratégias andragógicas para promover uma aprendizagem significativa e colaborativa. No estudo, as ações educativas foram organizadas em etapas, garantindo uma abordagem dinâmica e participativa para os alunos da EJA, com foco na conscientização sobre o URM. A primeira etapa consistiu em um diagnóstico inicial, no qual os alunos compartilharam suas concepções sobre automedicação e o uso de medicamentos. Esse momento foi crucial para identificar hábitos, crenças e conhecimentos prévios, permitindo que o educador adaptasse a abordagem ao perfil do grupo. Em seguida, foi promovida uma reflexão sobre o SUS e a leitura de bulas de medicamentos. Os alunos aprenderam a interpretar corretamente as informações contidas nas bulas, compreendendo dados sobre indicações, posologia, efeitos colaterais e contraindicações, o que contribuiu para maior autonomia no uso de medicamentos. Outro ponto relevante foi o debate sobre plantas medicinais, no qual os alunos trocaram experiências sobre o uso de ervas no cotidiano de suas famílias. A prática também teve destaque, com a construção de uma horta medicinal utilizando garrafas PET recicladas. Na quarta etapa, os alunos participaram de uma aula prática sobre a manipulação e o uso adequado de ervas medicinais, e durante a atividade, eles prepararam um chá de gengibre com canela e um bolo de capim-limão, aplicando conhecimentos matemáticos relacionados a medidas de volume e massa. Por fim, o projeto foi concluído com uma avaliação e reflexões finais, nas quais os alunos analisaram as mudanças em suas percepções e hábitos em relação ao uso de medicamentos. Inicialmente, todos os alunos relataram realizar automedicação, e metade deles já utilizava plantas medicinais para tratar pequenos problemas de saúde, e muitas vezes associados a medicamentos de uso contínuo. Durante as atividades, surgiram dúvidas sobre o consumo de bebidas alcoólicas junto com medicamentos, o que também foi abordado. Ao final, foi observado que os alunos se mantiveram engajados no projeto e levaram consigo os conhecimentos adquiridos, fazendo com que as expectativas dos desenvolvedores do projeto fossem atingidas, sendo as atividades bem-sucedidas.

A dissertação de Sibebe Cristina Ribeiro, *Educação em saúde para a promoção do uso racional de medicamentos entre adultos em alfabetização na rede municipal de ensino em Uberlândia - MG*, aborda a importância da educação em saúde para promover o URM entre adultos em processo de alfabetização da rede municipal de ensino de Uberlândia, MG. O estudo parte da

ideia de que o empoderamento da população acontece por meio de processos educativos que promovem maior consciência e responsabilidade no uso de medicamentos, destacando assim, a importância da escola como um espaço de promoção à saúde, já que ela permite a interação entre diversos atores sociais e oferece um ambiente cheio de possibilidades, onde muitas iniciativas podem ser implantadas e resultar em transformações positivas para a sociedade. O trabalho frisa a importância da articulação entre profissionais da educação e da saúde e como essa relação pode viabilizar projetos que criem espaços de diálogo e integração entre os interesses de educadores e alunos, fortalecendo a promoção da saúde. As intervenções do estudo foram realizadas em três etapas, e a primeira consistiu em um levantamento de dados socioeconômicos, hábitos de saúde, práticas de automedicação e conhecimentos sobre medicamentos. A segunda etapa envolveu oficinas voltadas ao uso racional de medicamentos, e a terceira foi uma comparação das concepções sobre medicamentos antes e depois das intervenções. As ações educativas da segunda etapa foram organizadas em oficinas baseadas na pedagogia de Paulo Freire, que valoriza o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. As oficinas foram divididas em quatro partes. Na primeira, houve uma discussão sobre o URM, com conceitos formulados por cada grupo e apresentados para a turma, que chegou a um consenso sobre a definição de URM. Na segunda oficina, os alunos identificaram informações essenciais nos rótulos dos medicamentos que trouxeram para a dinâmica. Ao final, foram formados grupos com os temas: local correto para armazenamento de medicamentos, descarte de medicamentos, URM e Promoção da Saúde. Esses grupos produziram materiais ilustrativos para o próximo encontro. Na terceira oficina, os painéis temáticos foram desenvolvidos em sala de aula, e as dúvidas sobre os temas foram esclarecidas. Dessa forma, os alunos puderam discutir e compartilhar esses conhecimentos com suas famílias. A quarta oficina contou com a apresentação dos aprendizados pelos alunos do grupo intervenção para os alunos do grupo controle. Os resultados e impactos dessas ações educativas foram significativos, pois os participantes adquiriram maior conhecimento sobre o papel do farmacêutico na orientação sobre medicamentos, compreenderam melhor os locais adequados para armazenamento e descarte correto de medicamentos vencidos, reduziram o uso de medicamentos sem prescrição baseado em conhecimento popular, evitando a automedicação irresponsável, e aumentaram sua autonomia na gestão da própria saúde e na tomada de decisões sobre o uso de medicamentos. O estudo mostrou que a educação em saúde é uma ferramenta eficaz para promover o uso racional de medicamentos. A estratégia educativa utilizada fortaleceu a conscientização sobre a importância da orientação profissional e do consumo responsável, com potencial de impacto não apenas para os participantes diretos, mas também para suas famílias e comunidades.

O artigo *Promoção do uso racional de medicamentos no contexto dos 3 e 4 ciclos da Educação de Jovens e Adultos*, de Henriques *et. al.* (2020), traça o perfil socioeconômico, demográfico e farmacoterapêutico dos alunos do programa de Educação de Jovens e Adultos de uma escola pública de João Pessoa, PB, além de promover atividades de educação em saúde voltadas para o URM. A automedicação, uma prática comum entre a população, é ainda mais preocupante em grupos com menor acesso à informação e à assistência à saúde. O estudo realizou ações educativas sobre o URM em cinco encontros, começando com uma roda de conversa para discutir o uso correto de medicamentos, o uso simultâneo de medicamentos de classes terapêuticas diferentes, os riscos da automedicação e o descarte adequado de fármacos. No segundo encontro, foi realizada uma aula interativa sobre os diferentes tipos de medicamentos (comprimidos, cápsulas, xaropes, injetáveis, entre outros) e a forma correta de administração, onde alguns alunos relataram hábitos inadequados, como mastigar comprimidos ou misturar medicamentos com leite ou suco, permitindo a correção dessas práticas. No terceiro encontro, ocorreu uma análise do perfil farmacoterapêutico dos alunos, com os participantes levando medicamentos armazenados em casa para avaliação, observando interações medicamentosas, validade dos fármacos e condições de armazenamento. No quarto encontro, foi utilizado um jogo de tabuleiro educativo, desenvolvido para reforçar os conceitos abordados, contendo perguntas e desafios relacionados ao URM, com o formato lúdico estimulando a participação ativa dos alunos. No quinto encontro, foi realizada uma oficina de cartazes, na qual os alunos criaram materiais educativos abordando temas como automedicação, descarte correto de medicamentos e hábitos saudáveis. Por fim, no sexto e último encontro, foi encenada uma peça teatral pelos próprios alunos e membros da equipe do projeto, abordando situações cotidianas relacionadas ao uso incorreto de medicamentos, utilizando um formato interativo que tornou o aprendizado mais acessível e envolvente. Os resultados das ações foram positivos, com uma melhora significativa na percepção dos alunos sobre o uso racional de medicamentos, maior compreensão dos riscos da automedicação e da importância de seguir corretamente as prescrições médicas, além de mudanças em hábitos inadequados, como a interrupção precoce de antibióticos e a ingestão incorreta de medicamentos, demonstrando o impacto positivo das metodologias ativas na assimilação do conhecimento e no interesse pelo tema.

O artigo *Estratégia para promoção do uso racional de medicamentos na Educação de Jovens e Adultos*, de Alves *et. al.* (2020), aborda o uso irracional de medicamentos como um problema de saúde pública, que pode levar a intoxicações, interações medicamentosas e resistência microbiana. Os autores destacam que a automedicação, impulsionada pelo fácil acesso a medicamentos isentos de prescrição, é uma prática frequente, especialmente entre

populações com menor escolaridade e acesso limitado à informação. O estudo, de caráter exploratório e descritivo, foi conduzido com alunos da EJA em uma escola pública de João Pessoa, onde foram realizadas atividades educativas com metodologias ativas para promover o conhecimento sobre o URM e analisar o perfil farmacoterapêutico dos participantes. O perfil demográfico dos alunos foi traçado para uma pesquisa mais aprofundada. No primeiro encontro, os participantes discutiram formas farmacêuticas e o uso adequado de medicamentos, compartilhando experiências e esclarecendo dúvidas sobre administração correta e descarte. Os alunos foram incentivados a trazer medicamentos armazenados em casa para análise, identificando problemas como interações medicamentosas, medicamentos vencidos e uso inadequado, com as informações registradas em fichas individuais para acompanhamento. Estratégia lúdica, como a elaboração de cartazes pelos próprios alunos, foram utilizadas para revisar conceitos sobre URM de forma interativa e destacar boas práticas no uso de medicamentos e no autocuidado. Cada aluno recebeu orientações específicas com base no seu perfil de uso de medicamentos, e, quando identificadas interações medicamentosas ou práticas inadequadas, foram sugeridas mudanças, reforçando a importância da consulta com um profissional de saúde. Os resultados mostraram práticas inadequadas, como descarte incorreto de medicamentos vencidos no lixo comum (60%) e armazenamento prolongado em casa (33,3%). A automedicação foi frequente, com 33,3% dos alunos usando medicamentos indicados por terceiros e 53,3% influenciados por propagandas. Além disso, foram constatadas cinco interações medicamentosas, principalmente entre anti-hipertensivos e analgésicos. A participação dos alunos nas atividades permitiu corrigir práticas inadequadas, esclarecer dúvidas e identificar problemas no uso de medicamentos, enquanto o uso de metodologias ativas favoreceu a fixação do conteúdo e incentivou a troca de conhecimentos, reforçando a importância da educação em saúde para o autocuidado e a segurança no consumo de medicamentos.

4.4.1 Ações educativas utilizadas nos estudos selecionados. Tabela 2: Descrição das ações educativas utilizadas pelos 4 estudos selecionados no *pool* de artigos coletados através de levantamento bibliográfico.

ANO	Autor	Ações educativas
2011	RIBEIRO	- Entrevista perfil socioeconômico e farmacoterapêutico. - Discussão sobre conceitos de URM.

		<ul style="list-style-type: none"> - Identificação das informações essenciais nos rótulos dos medicamentos. - Construção de painéis temáticos sobre armazenamento, descarte adequado e promoção da saúde. - Apresentação dos aprendizados pelos alunos do grupo intervenção para os demais estudantes.
2014	JUNQUEIRA	<ul style="list-style-type: none"> - Questionário para perfil socioeconômico e farmacoterapêutico. - Roda de conversa sobre hábitos de automedicação. - Leitura e discussão de cartilhas sobre saúde e medicamentos. - Pesquisa e confecção de horta medicinal. - Aula prática sobre manipulação de ervas medicinais. - Avaliação contínua e participativa.
2020	HENRIQUES <i>et. al</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento de perfil socioeconômico e farmacoterapêutico. - Roda de conversa sobre uso correto de medicamentos e descarte. - Aula expositiva sobre formas farmacêuticas. - Jogo de tabuleiro sobre uso racional de medicamentos. - Oficina de cartazes sobre hábitos saudáveis. - Peça teatral sobre uso racional de medicamentos.
2020	ALVES <i>et. al</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Roda de conversa sobre formas farmacêuticas e uso de medicamentos. - Interação individual para coleta de dados sobre doenças de base e uso de medicamentos. - Produção de cartazes. - Discussão sobre interações medicamentosas e uso correto de medicamentos.

Fonte: Autoria própria

A Roda de Conversa ou discussão esteve presente em todos os artigos, utilizada para discutir hábitos de uso de medicamentos, formas farmacêuticas, descarte adequado e conceitos de URM. Em relação as atividades práticas, somente Junqueira não realizou produção de cartazes, e especificamente o artigo de Ribeiro (2014) foi produção de painéis temáticos. O artigo de Henriques *et. al.* (2020) teve jogos de tabuleiros e peça teatral como atividades práticas, já Junqueira (2011) realizaram manipulação de ervas medicinais e confecção de hortas medicinais. Todos os artigos utilizaram para coleta de dados sobre o perfil socioeconômico, farmacoterapêutico e doenças de base dos alunos.

Todos os artigos abordam o autocuidado, mas o artigo de Alves et. al. (2020) foca em rodas de conversa, coleta de dados e produção de cartazes. Já Ribeiro (2014) é mais informativo, com ênfase na identificação de informações em rótulos e construção de painéis. Em contrapartida, Henriques et. al. (2020) é o mais lúdico, com jogos, peças teatrais e oficinas de cartazes. Por fim Junqueira (2011) é o mais prático, com foco em hortas medicinais, manipulação de ervas e aulas práticas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a importância das ações educativas na promoção do URM e no enfrentamento da automedicação, no contexto da EJA. A automedicação, prática amplamente disseminada na população brasileira, representa um grave problema de saúde pública, sendo agravado por fatores como a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, a influência da mídia e a falta de conscientização sobre os riscos associados ao uso inadequado de medicamentos.

As ações educativas realizadas em escolas da EJA demonstraram ser uma estratégia eficaz na promoção em saúde e a conscientização sobre o URM, além de reduzir práticas de automedicação. Através de metodologias ativas, como rodas de conversa, oficinas, jogos educativos e atividades práticas, foi possível engajar os alunos em discussões sobre o uso correto de medicamentos, os riscos da automedicação e a importância do acompanhamento profissional. As ações realizadas não apenas ampliaram o conhecimento dos participantes, mas também incentivaram a reflexão crítica sobre seus hábitos de saúde, contribuindo para a adoção de práticas mais seguras e responsáveis.

Os resultados das ações educativas e intervenções realizadas nos estudos analisados apontam para uma melhoria significativa na percepção dos alunos sobre o uso racional de medicamentos, com destaque para a redução da automedicação e a maior conscientização sobre os riscos associados ao uso inadequado de fármacos. No entanto, é importante ressaltar que a efetividade dessas ações depende de uma abordagem contínua e integrada, que considere as particularidades socioeconômicas e culturais dos alunos da EJA, assim como a construção de uma educação reflexiva na saúde, alinhada com a Pedagogia de Paulo Freire, implica em uma abordagem que valoriza o diálogo, a criticidade e a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educativo

Diante dos desafios apresentados, conclui-se que a educação em saúde, especialmente no contexto da EJA, é uma ferramenta essencial para a promoção do uso racional de

medicamentos e a redução da automedicação. A continuidade de ações educativas, aliada a políticas públicas que garantam o acesso à informação e aos serviços de saúde, é fundamental para a construção de uma sociedade mais consciente e responsável em relação ao uso de medicamentos. Além disso, a participação ativa de profissionais da saúde, como farmacêuticos, e a integração entre educação e saúde são estratégias promissoras para o enfrentamento desse problema de saúde pública.

Por fim, esse trabalho reforça que a educação em saúde, quando bem planejada e executada, tem o potencial de transformar práticas individuais e coletivas, contribuindo para o autocuidado e a redução dos impactos negativos associados ao uso inadequado de medicamentos.

6. REFERÊNCIAS

ABRAHAO, R. C.; GODOY, Julia Almeida; HALPERN, Ricardo. Automedicação e comportamento entre adolescentes em uma cidade do Rio Grande do Sul. *Aletheia*, Canoas, n. 41, p. 134-153, ago. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2017.102.145-169>. Acesso em 06 out. 2023.

AQUINO, D. S. de. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade?. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, p. 733-736, 2008. Trabalho de conclusão de curso. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZqY8ZMrdQnVZNtdLNjQsFvM/?format=html>. Acesso em: 20 out. 2023.

ALVES, D. N.; BARBOSA, D. H. X.; ARAÚJO, M. R. C.; ROCHA, M. L. P. A.; SOUTO, P. T. P.; CUNHA, S. T. P. R. et al. Estratégia para promoção do uso racional de medicamentos na Educação de Jovens e Adultos. *REFACS*, Uberaba, MG, v. 8, n. 1, p. 49-56, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338758642_Estrategia_para_promocao_do_uso_racional_de_medicamentos_na_Educacao_de_Jovens_e_Adultos. Acesso em: 08 out 2023.

ARRAIS P.S.D., FERNANDES M.E.P., da Silva Dal Pizzol T, Ramos LR, Mengue SS, Luiza VL, et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. *Rev Saude Publica*. 2016;50(supl 2):13s. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/rsp/2016.v50suppl2/13s/pt/>. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006117>. Acesso em: 23 abril 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 40 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios, n. 25). ISBN 85-334-0192-2. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf. Acesso em: 1 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Ciências: volume 3 – segundo segmento. Brasília, DF: MEC, [s.d.]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol3_ciencias.pdf. Acesso em: 1 mar. 2025.

BRAZ, G. Maria de O. S. et. al. Automedicação na Adolescência: Prática entre alunos de uma escola de ensino médio. *Revista Enfermagem Contemporânea*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 49–58, 2019. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/2052>. DOI: <https://doi.org/10.21680/2446-7286.2020v6n2ID20514>. Acesso em: 6 out. 2023.

CORRÊA, A. D. Promoção do ensino sobre o uso racional de medicamentos. 2012. 126f. Tese (Doutorado em Ensino em Biociências e Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6947>.

DANDOLINI, B. W. et. al. Uso racional de antibióticos: uma experiência para educação em saúde com escolares. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 5, p. 1323–1331, maio 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/kSnMsqZzJsvzs6PpZBPcxzK/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000500026>. Acesso em: 06 out. de 2023.

FARIAS, L.; LOPES, L.; DOS PASSOS, M. M.; DE PAIVA, J.; HOMSANI, F.; DE FREITAS, Z. M.; DOS SANTOS, E.; SOUZA, T. Educação em saúde como estratégia articulada entre Farmácia Universitária e Escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro para a promoção do uso racional de medicamentos. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 14, n. 1, p. 13-23, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/11306>. Acesso em: 06 out. 2023 DOI: <https://doi.org/10.36661/2358-0399.2023v14n1.11306>.

FERNANDES, W.S; CEMBRANELLI, J.C. Automedicação e o uso irracional de medicamentos: o papel do profissional farmacêutico no combate a essas práticas. *Revista Univap*, 2015, 21.37: 5-12. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/265>. DOI: <https://www.doi.org/10.18066/revistaunivap.v21i37.265>. Acesso em: 5 jun. 2024

GOMES, M. M. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e o contexto social dos alunos dessa modalidade. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, nº 17, 9 de maio de 2023. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/17/a-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil-e-o-contexto-social-dos-alunos-dessamodalidade>. Acesso em: 25 abril 2024.

HENRIQUES, M. Q. S. et. al. Promoção do uso racional de medicamentos no contexto dos 3º e 4º ciclos da educação de jovens e adultos. *Revista Ciência Plural*, v. 6, n. 2, p. 44-65, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/20514>. Acesso em: 6 out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.21680/2446-7286.2020v6n2ID20514>.

JUNIOR, N. M. D. C.; SÁ DA SILVA, J. R. (IN) VISIBILIDADE DA ESCOLA NA DISCUSSÃO SOBRE O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS. *Revista Contexto & Educação*, [S. l.], v. 32, n. 102, p. 145–169, 2017. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6282>. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2017.102.145-169>. Acesso em: 6 out. 2023.

JUNQUEIRA, S. C. Educação e saúde: estratégias andragógicas para a promoção do uso racional de medicamentos na educação de jovens e adultos (EJA). *RevistAleph*, 2014. DOI: <https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i22.39093>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/3909>. Acesso em: 11 jan. 2025.

LÉVI-STRAUSS, C. *Structural Anthropology*. London: Basic Books, 1963. Apud: RENSHAW, J. "A eficácia simbólica" revisitada: cantos de cura ayoreo. *Revista de Antropologia*, v. 49, n. 1, p. 393–427, jan. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012006000100012>. Acesso em: 20/02/2025.

MELO, R. C. Educação em saúde para a promoção do uso racional de medicamentos e as contribuições do farmacêutico neste contexto. *Brazilian Journal of Development*, [S.l.], v. 6, n. 5, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10805/9220>. DOI: [10.34117/bjdv6n5-603](https://doi.org/10.34117/bjdv6n5-603). Acesso em: 10 jan. 2024.

RIBEIRO, S. C. Educação em saúde para a promoção do uso racional de medicamentos entre adultos em alfabetização na rede municipal de ensino em Uberlândia - MG. 2011. 183 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9901>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ROCHA, A. L. R. da. *Uso racional de medicamentos*. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Instituto de Tecnologia em Fármacos/Farmanguinhos, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/11634/1/25.pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.

SINITOX. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. Casos Registrados de Intoxicação Humana por Agente Tóxico e Circunstância. Brasil, 2017. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz/Centro de Informação Científica e Tecnológica, 2025. Disponível em: https://sinitox.icict.fiocruz.br/sites/sinitox.icict.fiocruz.br/files/Brasil6_1.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

SINITOX. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. Casos Registrados de Intoxicação Humana por Agente Tóxico e Faixa Etária. Brasil, 2017. Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz/Centro de Informação Científica e Tecnológica, 2025. Disponível em: https://sinitox.icict.fiocruz.br/sites/sinitox.icict.fiocruz.br/files/Brasil7_1.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

SOTERIO, K. A.; DOS SANTOS, Marlise Araújo. A automedicação no Brasil e a importância do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos de venda livre: uma revisão. *Revista da Graduação*, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/graduacao/article/view/25673>. Acesso em: 5 jun. 2024.

World Health Organization (2002) Promoting Rational Use of Medicines: Core Components. World Health Organization, Geneva. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/who-67438>. Acesso em: 8 dez. 2023